

Machado, José Barbosa

A relação de José Saramago com os dicionários

Études romanes de Brno. 2024, vol. 45, iss. 4, pp. 28-45

ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (DOI): <https://doi.org/10.5817/ERB2024-4-2>

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/digilib.81312>

License: [CC BY-SA 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/)

Access Date: 20. 02. 2025

Version: 20250219

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

A relação de José Saramago com os dicionários

José Saramago's Relationship with Dictionaries

JOSÉ BARBOSA MACHADO [jleon@utad.pt]

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

RESUMO

José Saramago integra nas suas obras uma série de comentários acerca dos dicionários que ele consultava no seu trabalho de escrita sempre que tinha uma dúvida sobre uma palavra ou expressão que pretendia utilizar. Os dicionários funcionam como autoridade lexicográfica e semântica. Expressões como “afirmam os dicionários” (*Ensaio sobre a Lucidez*), “diz o dicionário” (*O Ano da Morte de Ricardo Reis*; *Manual de Pintura e Caligrafia*), “diz-me o dicionário” (*Deste Mundo e do Outro*), “está no dicionário” (*Deste Mundo e do Outro*), “encontram-se nos dicionários” (*O Homem Duplicado*), “Segundo os dicionários” (*A Bagagem do Viajante*), “um dia foi ver no dicionário se a palavra existia” (*A Jangada de Pedra*), etc. provam isso mesmo. No conto infantil *A Maior Flor do Mundo* (2001), Saramago chega a recomendar às crianças para irem ao dicionário: “Agora vão começar a aparecer algumas palavras difíceis, mas, quem não souber, deve ir ver no dicionário ou perguntar ao professor”. A grande novidade a respeito dos dicionários é que, ao contrário de outros escritores, que se servem deles sem darem disso notícia no texto que escrevem, Saramago diz abertamente que os utiliza e até discute e comenta o que neles encontra. Será objetivo deste estudo identificar nas obras de Saramago as passagens com referência direta aos dicionários e comprovar o interesse do autor pelas questões de lexicografia e semântica da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE

Saramago; dicionários; lexicografia; semântica; língua portuguesa

ABSTRACT

José Saramago includes in his works a series of comments about the dictionaries that he consulted in his writing work whenever he had a doubt about a word or expression that he intended to use. Dictionaries function as lexicographic and semantic authorities. Expressions such as “the dictionaries affirm” (*Ensaio sobre a Lucidez*), “the dictionary says” (*O Ano da Morte de Ricardo Reis*; *Manual de Pintura e Caligrafia*), “the dictionary tells me” (*Deste Mundo e do Outro*), “it is in the dictionary” (*Deste Mundo e do Outro*), “they are found in dictionaries” (*O Homem Duplicado*), “According to the dictionaries” (*A Bagagem do Viajante*), “one day he went to see in the dictionary if the word existed” (*A Jangada de Pedra*), etc. prove this. In the children’s story *A Maior Flor do Mundo* (2001), Saramago even recommends that children go to the dictionary: “Now some difficult words will start to appear, but anyone who doesn’t know should go look in the dictionary or ask the teacher”. The great news about dictionaries is that, unlike other writers, who use them without making it known in the text they write, Saramago openly says that he uses them and even discusses and comments on what he finds in them. The objective of this study will be to identify

passages in Saramago's works with direct reference to dictionaries and to prove the author's interest in issues of lexicography and semantics of the Portuguese language.

KEYWORDS

Saramago; dictionaries; lexicography; semantics; Portuguese language

RECEBIDO 2024-01-04; ACEITE 2024-04-09

1. Introdução

José Saramago gostava de dicionários, consultava-os, citava-os, contestava-os e tentou até completá-los, sendo caso, senão único, certamente raro, na literatura portuguesa e até na literatura estrangeira. Ao contrário de outros escritores, que se servem dos dicionários sem darem disso notícia no texto que escrevem, Saramago diz abertamente que os utiliza.

Há vários tipos de dicionário, que podem ser classificados de acordo com a temática (Arte, História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Religião, Direito, Ciências Naturais, Tecnologia, Literatura, etc.). Saramago serviu-se de alguns deles e até os citou, como acontece na *História do Cerco de Lisboa*, quando lista algumas das obras de referência que existiam no escritório do revisor Raimundo Silva: “o Dicionário de História e Geografia”, “o Dicionário de Contemporâneos”, “o Dicionário da Fábula”, “o Dicionário Geral das Letras, das Belas-Artes e das Ciências Morais e Políticas”, “o Dicionário Geral da Biografia e da História, de Mitologia, de Geografia Antiga e Moderna, das Antiguidades e das Instituições Gregas, Romanas, Francesas e Estrangeiras, sem esquecer o Dicionário de Raridades, Inverosimilhanças e curiosidades” (HCL 27).

Não é, porém, dos dicionários temáticos que vamos tratar no presente estudo, mas dos linguísticos, mais apropriadamente chamados lexicográficos, ou seja, aqueles que contêm definições de carácter semântico acerca das entradas que listam alfabeticamente (Hartmann e James 2002: 35-36).

José Saramago, em muitas das suas obras, refere-se diretamente a estes dicionários, que funcionam como autoridade lexicográfica e semântica, que ele ora apoia, ora contesta ou até complementa. Expressões como “afirmam os dicionários” (EL 106), “diz o dicionário” (AMR 38; MPC: 153), “encontram-se nos dicionários” (HD 127), “segundo os dicionários” (BV 111; CDL2 15), “um dia foi ver no dicionário se a palavra existia” (AJP: 55), “Andava eu buscando no dicionário de José Pedro Machado informação sobre uma certa palavra” (CDL1 29), etc. provam isso mesmo. No conto infantil *A Maior Flor do Mundo* (2001), o escritor recomenda às crianças para irem ao dicionário procurar o significado das palavras difíceis: “Agora vão começar a aparecer algumas palavras difíceis, mas, quem não souber, deve ir ver no dicionário ou perguntar ao professor” (MFM 2001: s. p.).

Será objetivo deste estudo identificar no *corpus* as passagens em que o autor faz referência aos dicionários lexicográficos. Primeiramente, faremos uma viagem pelos livros de crónicas e outros textos jornalísticos do escritor, depois pelas suas obras de ficção e por fim pelos seus diários e a coletânea de textos *O Caderno*, apresentando e comentando as referências que conseguimos

identificar. Nas obras omissas neste estudo, como *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), *As Pequenas Memórias* (2006), *A Viagem do Elefante* (2008), *Alabardas, Alabardas* (2014), etc., não foram encontradas passagens relativas aos dicionários.

2. Referências aos dicionários

O primeiro texto em que Saramago se refere diretamente aos dicionários vem na crónica intitulada “Discurso contra o lirismo”, publicada inicialmente no jornal *A Capital* entre 1968-1969 (desconhecemos a data exata) e depois reeditada na coletânea *Deste Mundo e do Outro* (1971). Nesta crónica, Saramago, num tom irónico, defende, como Platão na sua República ideal, que “os poetas deviam ser eliminados, pura e simplesmente. Impõem-se “atitudes drásticas, radicais, que não deixem pedra sobre pedra, quer dizer, verso sobre verso” (DMO 92). A razão é simples: “Esta gente distribui papéis onde aparecem certas palavras que deveriam ser riscadas dos dicionários” (DMO 92). E sugere as seguintes: “Amor, esperança, saudades, rosa, mar – eis algumas dessas palavras. Uma pequena amostra de um vocabulário decadente, inoportuno, direi mesmo subversivo” (DMO 92).

Na mesma coletânea publicada em 1971, vai referir-se mais cinco vezes aos dicionários em diferentes crónicas, para comentar o sentido, a aceção ou a definição de determinadas palavras.

Na crónica intitulada “O cálculo”, comenta o significado de tal palavra. Começa por explicar que “a uma calcificação anormal que se forma no corpo, principalmente na bexiga e na vesícula, dá-se o nome de cálculo. O padecente é um calculoso” (DMO 181). Depois acrescenta: “Mas o cálculo também significa plano, e, nesta aceção, o agente é designado pelo apelativo de calculista. Até aqui tudo se passa em termos de límpida inocência, segundo as regras do jogo da palavra, que tem muito de prestidigitação” (DMO 181). No entanto, “aquele calculista vai dar uma volta ao sentido, e, de simples pessoa que faz cálculos, surge transformado em pessoa que encaminha os seus atos a um fim útil e interesseiro” (DMO 181). Terminado o comentário, reconhece entre parênteses: “(Nesta explanação é patente o bom uso que fiz do dicionário.)” (DMO 181). Termina a crónica com um “remate irónico”: “Será o cálculo uma calcificação anormal? Sem dúvida: está no dicionário. E uma descalcificação moral? Pois não é para me gabar, mas esta definição foi bem achada” (DMO 183). Aqui o *achada* não é no sentido de ter encontrado a definição no dicionário, mas de a ter descoberto por si próprio.

Na crónica “O sorriso”, começa por definir a palavra: “Sorriso, diz-me o dicionário, é o ato de sorrir. E sorrir (verbo intransitivo) é rir sem fazer ruído e executando contração muscular da boca e dos olhos” (DMO 217). Depois comenta: “Como se vê, está tudo errado. Começa logo por chamar intransitivo ao verbo” (DMO 217). E explica o que é um verbo intransitivo: “tal como aprendemos na escola, exprime uma ação que, praticada pelo sujeito, se aplica a ele próprio e não passa para outro objeto ou outrem, e é, portanto, intransmissível” (DMO 217). Face a isso, recusa-se “a aceitar que o sorriso seja um ato intransmissível. E quanto a dar por suficiente a contração muscular, temos conversado” (DMO 217). A limitação do dicionário, como no caso de *sorriso*, é flagrante: “O sorriso, meus amigos, é muito mais do que estas pobres definições, e eu pasmo ao imaginar o autor do dicionário no ato de escrever o seu verbete, assim a frio, como se nunca tivesse sorrido na vida” (DMO 217). E apresenta uma sugestão para o seu dicionário

ideal: “Caio em completo devaneio e ponho-me a sonhar um dicionário que desse precisamente, exatamente, o sentido das palavras e transformasse em fio de prumo a rede em que, na prática de todo os dias, elas nos envolvem” (DMO 217).

No conto “Cadeira” de *Objeto Quase* (1978), Saramago insiste na mesma ideia. “O estilo“, considera, “aproveitará da variedade das palavras, que, afinal, nunca dizem o mesmo, por mais que se queira” (OQ 9). No entanto, se as palavras dissessem o mesmo, “se aos grupos se juntassem por homologia, então a vida poderia ser muito mais simples, por via de redução sucessiva, até a ainda também não simples onomatopeia” (OQ 9). Saramago acaba, inadvertidamente, por entrar num dos temas caros à Semiótica: os conceitos de signos simples e signos complexos (Morris 2002: 25; Eco 2017: 35-36 e 78). Na linguagem verbal, a existência apenas de signos simples, ou seja, de palavras com apenas um significado, evitaria certamente o equívoco. No entanto, diz António Fidalgo e Anabela Gradim no seu *Manual de Semiótica*, um “dicionário de uma língua natural composta apenas por signos simples seria incomensurável” (2005: 66). Isto porque “deixaria de haver substantivos, adjetivos, advérbios, verbos, conjunções, frases, parágrafos, asserções, interrogações, etc.”, levando ao absurdo (2005: 66). Além disso, havendo apenas signos simples, “seria impossível exprimir novos significados e designar novas situações” (2005: 66). Ora, o devaneio de Saramago acerca do dicionário ideal, além de impraticável, limitaria a prática literária, que vive sobretudo da transformação e da transgressão semânticas.

Na mesma crónica, insiste na sua insatisfação em relação às definições do dicionário acerca da palavra *sorriso*, mas sem avançar uma definição que lhe agrade inteiramente: “O Sorriso (este, com maiúscula) vem sempre de longe. É a manifestação de uma sabedoria profunda, não tem nada que ver com contrações musculares e não cabe numa definição de dicionário” (DMO 218).

Em *A Bagagem do Viajante* (1973), o seu segundo livro de crónicas, Saramago serve-se de duas definições retiradas dos dicionários e dá conta delas no próprio texto. Numa delas, refere-se explicitamente aos dicionários. Na crónica “O rato contrabandista”, começa por explicar o que é uma fábula: “Segundo os dicionários, fábula é “uma pequena composição de forma poética ou prosaica, em que se narra um facto alegórico, cuja verdade moral se esconde sob o véu da ficção, e na qual se fazem intervir as pessoas, os animais, e mesmo as coisas inanimadas” (BV 111). Depois de citar a definição entre aspas e presume-se que à letra, comenta: “Se a laboriosa explicação está correta, então esta crónica é uma fábula, embora, desde já declaro, não seja meu propósito esconder aqui qualquer verdade moral” (BV 111).

Na crónica “Ver as estrelas”, em que relatava uma viagem de carro, o autor, sem se referir diretamente aos dicionários, mas servindo-se deles, apresenta a definição de *condutora*: “A condutora (definição: a que leva, a que conduz, a que orienta) está parada na estrada, com o rosto virado para o céu, o braço apontado como uma seta ou como um grito: “As estrelas.”” (BV 235).

Em *As Opiniões que o DL Teve* (1974), coletânea de artigos jornalísticos reeditada em 1990 no volume *Os Apontamentos*, encontramos uma longa discussão acerca do significado de *eufemismo*. No artigo intitulado “O eufemismo como política”, em que critica e ridiculariza, no novo Estatuto da Imprensa¹ em discussão na Assembleia Nacional (ainda em tempos de ditadura), “a *descompressão* dos direitos e garantias individuais”, começa por perguntar: “Que é o eufemismo?” E, servindo-se de um dicionário, explica: “O eufemismo é aquela figura de retórica que consiste

1 A discussão levou à aprovação do Decreto/Lei 150/72, que faz o novo enquadramento da censura ao exame prévio.

em abrandar pela expressão a crueza de certas ideias ou de certos factos, e que chega mesmo, com a antífrase, ao ponto de empregar uma palavra ou uma locução num sentido contrário à sua significação real” (OA 49-50). Em seguida, esclarece: “Esta definição, evidentemente de fonte dicionarística, funcionará como roteiro nas considerações que vamos fazer a seguir e deverá estar sempre (e permanecer depois) na mente do leitor” (OA 50). E para melhor esclarecimento, acrescenta: “neste lugar vamos tratar, sobretudo, de como se usam palavras para servir conveniências” (OA 50). A primeira é *descompressão*, que ele considera justamente um eufemismo utilizado pelos legisladores para encobrir o verdadeiro propósito do novo Estatuto da Imprensa, que é manter a censura sobre o que se escreve e se publica na imprensa em Portugal. Pergunta Saramago: “Mas onde está, afinal, o eufemismo? O eufemismo encontra-se sublinhado (e não por nós) na palavra *descompressão* (dos direitos e garantias individuais)” (OA 50-51). Para melhor dilucidação, cita a definição do dicionário: “É certo que significando a palavra *descompressão* “a diminuição de pressão exercida sobre qualquer coisa”, sempre se poderia afirmar que a palavra exprime rigorosamente o conceito, não havendo, portanto, eufemismo...” (OA 51). Numa reviravolta semântica, diríamos até irónica, senão mesmo demagógica, Saramago dá como sinónimos de *descompressão* alguns dos seus contrários: “uma vez que a situação afirmadamente anterior (a de *descompressão*) muito melhor se exprimiria por qualquer sinónimo, como, por exemplo, *opressão*, *sufocação*, *abafamento*, *constrangimento*, é na escolha deliberada do termo mais inóculo, daquele que menos conotações comporta, que se encontra o eufemismo” (OA 51). De facto, *opressão*, *sufocação*, *abafamento*, *constrangimento* não são, nem podem ser, sinónimos de *descompressão*. Antevendo a confusão de alguns leitores, apressa-se a explicar: “Há de isto parecer a muita gente puro jogo vocabular, simples questão de palavras. Mas muito se enganará quem o pense. A escolha da linguagem nunca é inocente” (OA 51). E lança as suas suspeições sobre os legisladores, que escolheram a palavra *descompressão* com o fito de enganar os cidadãos, tentando dar a ideia de que haveria mudanças na política repressora do governo sobre a Imprensa: “pretendeu-se aparar as asperezas, amortecer o choque, fazer esquecer que muito mais do que de compressão, se tratava de constrangimento, ou abafamento, ou sufocação, ou opressão, tudo situações radicalmente negativas” (OA 51).

Passamos em seguida a falar das passagens acerca dos dicionários nas obras de ficção saramaguiana.

No já citado conto “Cadeira”, da coletânea *Objeto Quase* (1978), Saramago faz uma referência direta ao dicionário. Depois de explicar que *gozoso* “é modo celestial de gozar”, recomenda de forma irónica: “Aprendamos, se possível, com Santa Teresa de Ávila e o dicionário, que este gozo é aquela sobrenatural alegria que na alma dos justos produz a graça” (OQ 14-15).

Em *Manual de Pintura e Caligrafia* (1977), encontramos quatro referências ao dicionário e uma a “definição dicionarística”, todas, exceto uma, relativas aos termos *deserto* e *desertar*.

O narrador autodiegético, num capítulo a pouco mais de meio da obra, confessa que não sente nada e procura perceber qual a razão disso. Refere que, umas quantas páginas atrás, tinha dito que “não é ainda tempo de deserto” (MPC 150). Pergunta-se se naquele exato momento o será. E se é, “porquê de deserto?” (MPC 151). Como exemplos conhecidos, fala do deserto de Lawrence da Arábia e de Gethesemane, o Monte das Oliveiras onde Cristo passou os últimos momentos de dúvida e de agonia antes de ser preso. Para melhor perceber e explicar o que sente, decide, explorar o significado dos termos *deserto* e *desertar* recorrendo ao dicionário:

Deserto. Desertar. Diz o dicionário, do primeiro: “adj. Desabitado, ermo, despovoado, solitário. Abandonado, pouco frequentado. A que faltaram concorrentes. Jur. Designativo de apelação ou de outro recurso que o recorrente não prepara para seguir sem trâmites no prazo legal. S. m. Vasta extensão de terreno, árido, estéril e desabitado. Lugar solitário; ermo; solidão”. E diz o dicionário, do segundo: “V. int. Deixar o posto cujo encargo se tinha recebido ou escolhido. Fugir. Aplica-se especialmente o verbo a militares que se ausentem sem licença e sem tenção de voltar às fileiras”. (MPC: 152-153).

As definições, alegadamente, foram copiadas *ipsis verbis* do dicionário (desconhecemos qual). Esta estratégia de esclarecimento semântico repete-se, como veremos, noutras obras, fenómeno literário que, como já referimos, raramente se encontra noutra escritor.

Depois de citar o dicionário a propósito de *deserto* e *desertar*, o narrador do *Manual de Pintura e Caligrafia* faz uma apologia dos dicionários, que, segundo ele, reduzem à inutilidade grande parte das páginas que os escritores escrevem. “Como se atrevem os escritores, os poetas”, pergunta, “a escrever cada um centenas ou milhares de páginas, e todos juntos milhões de milhões, quando uma simples definição dicionarística ou duas dariam, se bem pensadas, para encher essas centenas ou milhares ou milhões de milhões de páginas” (MPC 153). E conclui: “Penso hoje que os escritores têm andado com demasiada pressa: problematizam micrometricamente sentimentos sem antes terem dado uma simples volta de dicionário às palavras” (MPC 153). E *deserto* e *desertar* dois simples exemplos disso, “resultados apenas do aproveitamento feito duma suposta verdadeira premonição que do deserto me levou ao deserto, depois de ter passado por T. E. Lawrence [...] e por Cristo” (MPC 153).

Três capítulos mais à frente da mesma obra, o narrador faz referência aos pais, para confessar que, por vezes, são loucos, mas, pior que isso, “não sabem nada, ninguém pode ser mais ignorante do que eles, e fazem gestos que ninguém entende e dizem palavras que nenhum dicionário regista” (MPC 169). Como exemplo dessas palavras, o narrador sugere a expressão “verdes de inveja”: os vizinhos ficariam verdes de inveja quando soubessem que os pais mandaram o filho para Belas Artes.

Ainda na mesma obra, são apresentadas três definições lexicográficas, que, pela sua estrutura, parecem copiadas diretamente de um dicionário: “Retórica (um dos significados): Tudo aquilo de que nos servimos no discurso para produzir bom efeito no público, para persuadir os ouvintes” (MPC 12); “Conhecimento é o ato de conhecer” (MPC 12); “pega (ave corvídea que, como o papagaio, tem a facilidade de imitar a voz humana)” (MPC 29).

Nos romances que se seguiram a *Manual de Pintura e Caligrafia*, ou seja, *Levantado do Chão* (1980) e *Memorial do Convento* (1982), não encontramos referências diretas aos dicionários.

Em *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), encontramos duas breves referências. Na primeira, temos Ricardo Reis no elétrico a ler no jornal a oração fúnebre a Fernando Pessoa, que tinha falecido na véspera da sua chegada a Lisboa. O autor detém-se na expressão *morte gentil*, que considera de uso inapropriado pelo autor da dita oração: “que lembrança tão bacoca, com perdão da vulgar palavra, quando tinha o orador ali mesmo a morte substantiva que todo o mais deveria dispensar” (AMR 38). E esclarece: “gentil significa nobre, cavalheiro, garboso, elegante, agradável, cortês, é o que diz o dicionário, lugar de dizer, então a morte será dita nobre, ou cavalheira, ou garbosa, ou elegante, ou agradável, ou cortês, qual destas terá sido a dele” (AMR 38).

A segunda referência na obra surge no penúltimo capítulo, em que se fala pormenorizadamente da guerra civil de Espanha que Ricardo Reis vai acompanhando em casa pela telefonia. O capitão Jorge Botelho Moniz, salazarista empenhado, lê uma moção no Rádio Clube Português em que apela ao governo para que crie uma “legião cívica que se dedique inteiramente ao serviço da nação, tal como Salazar se dedicou, não é demais que o acompanhem, à proporção das nossas fracas forças” (AMR 397). Saramago, fazendo-se voz de algum potencial ouvinte, verdadeiro seguidor desses ideais nacionalistas, sugere: “esta seria uma excelente ocasião para citar a parábola dos sete vimes, que separados facilmente são partidos e juntos formam feixe ou fâscio, duas palavras que só nos dicionários significam o mesmo” (AMR 397). Com alguma ironia, acrescenta: “este comentário não se sabe quem o fez, embora não haja dúvidas acerca de quem o repete” (AMR 397).

Em *A Jangada de Pedra* (1986), o número de referências aos dicionários é mais profusa. Identificámos cinco.

Conta o autor que Joaquim Sassa, intrigado com o seu sobrenome, “um dia foi ver no dicionário se a palavra existia, Sassa, não Sousa, e o que significava” (AJP 55). Descobriu “que era uma árvore corpulenta da Núbia, lindo nome, de mulher, Núbia, lá para os lados do Sudão, África Oriental, página noventa e três do atlas” (AJP 55). Nesta passagem, o autor não só refere o dicionário que a personagem consulta para procurar a palavra *Sassa*, mas também o atlas para saber onde ficava a Núbia.

Outra personagem do romance, Pedro Orce, afiança que sente a terra a tremer. Considera o autor que “pouco importa que um cético insinue que é a tremura natural da idade, nem Pedro Orce está tão velho assim, nem confundíveis são tremuras e tremores, ainda que o atestem dicionários” (AJP 83-84). Com esta afirmação, o autor põe de certa forma em causa os dicionários, dizendo que *tremuras* e *tremores* não são confundíveis e portanto não são sinónimos.

Num animado diálogo com Joana Carda, diz José Anaiço depois de a ouvir confessar que o amava: “Nada sabes de mim” (AJP 158). Ela replica: “Se uma pessoa, para gostar doutra, estivesse à espera de conhecê-la, não lhe chegaria a vida inteira” (AJP 158). O diálogo complica-se, quando ele pergunta: “Duvidas que duas pessoas possam conhecer-se, E tu, acreditas? É a ti que pergunto, Primeiro diz-me que é conhecer” (AJP 159). Este pedido de esclarecimento acerca da palavra leva José Anaiço a desculpar-se: “Não tenho aqui um dicionário” (AJP 159). A conclusão de ambos é que os dicionários, para aquela situação específica, são inúteis: “Neste caso, ir ao dicionário é ficar a saber o que já se sabia antes, Os dicionários só dizem o que pode servir a todos” (AJP 159). Depois de tal constatação, Joana Carda repete a pergunta: “O que é conhecer?”. Ele, impotente, reconhece: “Não sei” (AJP 159).

Ainda no seguimento deste diálogo, José Anaiço pergunta à amiga por que razão se chama *Carda*. Ela explica: “Em tempos passados a família tinha o apelido de Cardo, mas a uma avó que depois de lhe morrer o marido ficou com a família à custa começaram-lhe a dar o nome de Carda, tinha merecido bem o seu próprio nome de mulher” (AJP 159). José Anaiço confessa: “Julguei que fosses carda de prego” (AJP 159). Joana Carda replica: “Agora já podia ser, e outra coisa, uma vez fui procurar-me ao dicionário e vi que carda era também um instrumento de dilacerar as carnes, pobres mártires, esfolados, queimados, degolados, cardados” (AJP 159). A partir, daqui ambos jogam com o significado de *carda*: “É isso que me espera, Se eu voltasse ao nome de cardo

não ganharias com a troca, Sempre picarás, Não, eu não sou o nome que tenho, Quem és, então, Eu” (AJP 159).

Temos, curiosamente, duas personagens com sobrenomes estranhos, Joaquim Sassa e Joana Carda (dos outros, como José Anaíço, Pedro Orce e Maria Guaveira, as explicações são de outro nível) que procuram por iniciativa própria o significado dos mesmos no dicionário, substituindo a nível narrativo a função de esclarecimento que caberia ao narrador/autor exigido pelos leitores.

Quase no final do romance, Saramago procura descrever a deriva da Península Ibérica depois de se ter separado da França. Ao contrário do que se possa imaginar, a península “não está a afundar-se no mar cruel, onde, se tal cataclismo acontecesse, desapareceria toda, sem deixar à mostra, sequer, o mais alto pico dos Pirenéus, tão profundos são aqui os abissos” (AJP 316). Em vez disso, a península *cai para sul*. E este cair, explica, não significa afundar-se, mas descer: “até uma criança da escola entende a lição à primeira, sem mais explicações, o próprio dicionário de sinónimos, tão levemente desprezado, no-lo confirmaria, para baixo desce-se, cai-se” (AJP 317). Neste caso o dicionário de sinónimos foi de grande ajuda para esclarecer tão melindrosa dúvida.

Na *História do Cerco de Lisboa* (1989), identificámos três referências aos dicionários. Na primeira, o autor informa que Raimundo Benvindo Silva tem em casa umas quantas obras de consulta para o ajudarem no seu trabalho de revisão dos livros que a editora lhe envia. Das muitas que são listadas, entre enciclopédias, atlas, manuais, dicionários, numa enumeração tão característica nas obras ficcionais de Saramago, são citados “os costumados dicionários da língua e vocabulários, os Morais e Aurélios, os Morenos e Torrinhos”, assim como o “Larousse pequeno, o Quillet resumido” e “o Robert conciso” (HCL 26-27). Que Morais e Aurélios, Morenos e Torrinhos serão estes? Suspeitamos que sejam edições do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Morais Silva, o *Vocabulário da Língua Portuguesa* do mesmo autor, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1975), também conhecido como *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, o *Grande Vocabulário Ortográfico Luso-Brasileiro* de Augusto Moreno (1946) e o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Francisco Torrinha (1942). No que diz respeito aos três autores franceses, Saramago refere-se ao *Petit Larousse Illustré*, a uma das muitas versões do *Dicionário Enciclopédico Quillet* e ao *Nouveau Petit Le Robert Dictionnaire de la Langue Française*. Além dos dicionários e vocabulários, o revisor dispunha ainda de “algumas gramáticas” (não sabemos quais).

Na segunda referência, encontramos o revisor a ler e a reler a fatídica frase que vai dar origem a toda a intriga do livro, aquela em que se afirma que “os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa” (HCL 49), como se aí estivesse erro, gralha ou disparate. O autor toma a voz do leitor e interpela o revisor acerca de tão estranho comportamento: “Por favor, diga-nos o senhor revisor onde está aí o disparate, esse erro que nos escapa” (HCL 49). E desculpa-se com ironia: “é natural, não beneficiamos da sua grande experiência, às vezes olhamos e não vemos, mas sabemos ler, creia, sim, tem razão, não compreendemos sempre tudo” (HCL 49). Essa dificuldade, confessa o autor/leitor, está no “preparo técnico, e também, confessemos-lo, às vezes dá-nos a preguiça de ir ao dicionário ver os significados, o que nos prejudica” (HCL 49). O que daí se segue já se conhece: Raimundo Silva decide acrescentar um *não* à frase “os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa”.

Na terceira referência, Raimundo Silva encontra-se em sua casa, a pensar na mulher que tinha conhecido quando fora chamado à editora para prestar contas da alteração deliberada que fizera no livro que tivera o encargo de rever. “Como se chamará ela” (HCL 96), pergunta-se. Dirigiu-se ao escritório, “abriu sobre a mesa o Vocabulário de José Pedro Machado, sentou-se e, devagar, começou a percorrer desde a letra A as colunas da secção onomástica” (HCL 96). O primeiro nome que encontrou foi Aala. Acabou por adormecer na letra M, “com o dedo sobre Maria” (HCL 97). Este *Vocabulário* citado é bastante problemático. Não é certamente o *Grande Vocabulário da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado, cuja primeira edição é de 1999, dez anos depois da publicação da *História do Cerco de Lisboa*.² Entendemos que possa ser o *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* do mesmo autor, publicado em 1984.

Em *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), identificámos apenas uma referência, no penúltimo capítulo do romance. A mulher do médico, depois de enterrarem uma idosa, a vizinha do primeiro andar, no quintal do prédio, “levada por um impulso irresistível, sem o ter pensado antes, gritou para aqueles cegos e para todos os cegos do mundo, Ressurgirá” (EC 287). O autor decide esclarecer os leitores: “note-se que não disse Ressuscitará, o caso não era para tanto, embora o dicionário esteja aí para afirmar, prometer ou insinuar que se trata de perfeitos e exatos sinónimos” (EC 287). Mais uma vez Saramago põe em causa os dicionários e atribui às palavras nuances que, no seu entender, fazem toda a diferença. A vizinha do primeiro andar não *ressuscitará* como Cristo (seria uma ousadia afirmá-lo); *ressurgirá*.

Em *Todos os Nomes* (1997), identificámos também uma só referência. No último capítulo, encontramos o sr. José num curioso diálogo com o teto da casa onde vive a propósito da sua demanda pela mulher desconhecida. Diz ele: “Se não estivesses aí agarrado todo o tempo, como teto que és, saberias que não tem sido um divertimento, Mas tem sido uma diversão, Qual é a diferença” (TN 247). O teto, que poderemos identificá-lo com o autor, aconselha-o: “Vai procurá-la aos dicionários, é para isso que existem” (TN 247). A diferença semântica entre *divertimento* e *diversão* é aqui sublinhada, de uma forma mais ou menos divertida, para usarmos uma palavra com o mesmo radical morfológico. A *diversão*, embora nos dicionários seja sinónimo de *divertimento*, remete mais para distração, passatempo.

Em *A Caverna* (2000), encontrámos duas referências. A primeira surge no início de um capítulo cerca de meio do romance. Para melhor perceber o modo cuidadoso, e portanto ridículo, com que Cipriano Algor, o oleiro, depõe numa cova as loiças inúteis que o *shopping* devolveu por terem pouca procura, comenta o autor: “Com apreciável e tranquilizadora unanimidade sobre o significado da palavra, os dicionários definem como ridículo tudo quanto se mostre digno de riso e zombaria, tudo o que mereça escárnio, tudo o que seja irrisório, tudo o que se preste ao cómico” (AC 163). Considera, em tom crítico, que os dicionários não são sensíveis às circunstâncias, ao contexto de um facto em que as palavras possam ser empregues: “Para os dicionários, a circunstância parece não existir, se bem que, obrigatoriamente chamados a explicar em que consiste, lhe chamem estado ou particularidade que acompanha um facto” (AC 163).

A segunda referência surge a propósito da desordem dos sentimentos e pensamentos de Cipriano Algor por Isaura Madruga. Diz o autor que “o problema é sério e exigiria uma

2 A Porbase apenas informa acerca da existência de duas edições do *Grande Vocabulário da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado: a de 1999 pelo Círculo de Leitores (também referida como de 2001) e a de 2001 pela Âncora Editora.

extensa reflexão” (AC 217). A reflexão é introduzida por um comentário metaliterário acerca da personagem romanesca: “Admitem-se na personagem todas as contradições, mas nenhuma incoerência, e neste ponto insistimos particularmente porque, ao contrário do que soem preceituar os dicionários, incoerência e contradição não são sinônimos” (AC 218). Mais uma vez Saramago contradiz os dicionários, atribuindo pretensos novos valores semânticos às palavras que utiliza. Explica em seguida a sua ideia: “É no interior da própria coerência que uma pessoa ou uma personagem se vão contradizendo, ao passo que a incoerência, por ser, bem mais do que a contradição, uma constante de comportamento, repele de si a contradição, elimina-a” (AC 218). Tem, porém, consciência do paradoxo: “Deste ponto de vista, ainda que arriscando-nos a cair nas teias paralisadoras do paradoxo, não deveria ser excluída a hipótese de a contradição ser, afinal, e precisamente, um dos mais coerentes contrários da incoerência: (AC 218).

Entre *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), onde não há nenhuma referência, e *O Homem Duplicado* (2002), em que há seis, temos um intervalo de dez anos em que José Saramago raramente se refere aos dicionários. Não que ele certamente os não consultasse. Mas não deixou disso vestígios no texto literário.

O Homem Duplicado (2002) é o romance que contém mais referências aos dicionários, seis no total, como dissemos.

A primeira surge a propósito da mansidão, a indiferença de Tertuliano Máximo Afonso perante as dificuldades e os desaires da vida, como a de ter descoberto que existe um duplo de si próprio, em que o autor tece um comentário bastante jocoso acerca da importância do choro e das lágrimas na manifestação de sentimentos e emoções. A ausência de lágrimas em Tertuliano não significa, explica Saramago, que os mansos “andem todo o santo dia de lenço na mão assoando o nariz e enxugando de minuto a minuto os olhos pisados de choro” (HD 46). Pelo contrário:

Significa, sim, que muito bem poderá uma pessoa, homem ou mulher, estar a despedaçar-se no seu interior por efeito da solidão, do desamparo, da timidez, daquilo que os dicionários descrevem como manifestações volitivas, posturais e neurovegetativas, e não obstante, às vezes até por causa de uma simples palavra, por um dá-cá-aquela-palha, por um gesto bem intencionado mas em excesso protetor. (HD: 46)

A citação dos dicionários, neste contexto, coadjuva o autor, reforça o sentido do que pretende comunicar e dá colorido ao texto.

A segunda referência diz respeito à necessidade que Saramago teve de criar uma palavra nova que se opusesse a *animais* quando fala da cidade onde Tertuliano Máximo Afonso vive. “O instinto de sobrevivência, também disso se trata quando da cidade falamos, vale tanto para os animais como para os inanimais” (HD 73), explica o narrador. Para esclarecimento do leitor, informa que esse termo “não consta dos dicionários” (HD 73). E explica que teve de o inventar para que fosse possível “tornar transparentes, à simples vista, quer pelo sentido corrente da primeira palavra, animais, quer pela inopinada grafia da segunda, inanimais, as diferenças e as semelhanças entre as coisas e as não coisas, entre o inanimado e o animado” (HD 73).

A referência seguinte encontra-se num diálogo entre Tertuliano Máximo Afonso e Maria da Paz, a namorada, em que ambos discutem a diferença semântica entre *falsear* e *falsificar*. Diz Tertuliano: “De ciência minha, uma palavra que em si reúna e funda o falsear e o falsificar,

não existe” (HD 127). Maria da Paz alega: “Se o ato existe, também deveria existir a palavra” (HD 127). O namorado, em tom professoral, contrapõe: “As que temos encontram-se nos dicionários” (HD 127). Ela, numa tirada saramaguiana, desvaloriza: “Todos os dicionários juntos não contêm nem metade dos termos de que precisaríamos para nos entendermos uns aos outros” (HD 127). Ele pede-lhe um exemplo: “Por exemplo, não sei que palavra poderia expressar agora a sobreposição e confusão de sentimentos que noto dentro de mim neste instante” (HD 127). Neste curioso diálogo, Saramago acaba por denunciar a insuficiência dos milhares de palavras que os dicionários compilam para expressarem todas as nuances de sentido dos atos, pensamentos e emoções humanos.

Num outro diálogo entre Tertuliano e dois colegas da escola, o professor de Matemática e a professora de Literatura, fala-se do significado de *enxofrar-se*. O de Matemática, que tinha empregado o termo a propósito do estado de espírito de Tertuliano, esclarece: “significa irritar-se, zangar-se, ou, com mais precisão, arrufar-se” (HD 146). A colega de Literatura recorda que em sua casa, para se referirem os amuos infantis, diziam *amarrar o burro*. E acrescenta: “escusam de ir procurar a expressão nos dicionários, porque não a encontram, suponho que fosse exclusiva da família” (HD 146). Como já tivemos oportunidade de referir noutro estudo, de facto a expressão está nos dicionários (Machado 2023: 154). Veja-se, por exemplo, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete* (1987), que atesta a expressão na entrada relativa a *burro*: “Prender ou amarrar o burro, amuar-se”; ou o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (2001), na mesma entrada: “amarrar o burro, *Fam.* ficar melindrado, amuado, mal-humorado”. Saramago, quando redigiu esta passagem, ou não encontrou realmente a expressão nos dicionários que tinha à mão, ou confiou no seu instinto de que era expressão não dicionarizada. Sabemos, por um texto de *O Caderno*, datado de 20 de abril de 2009, que ele tinha acesso ao *Dicionário* da Academia (OC: 217).

Algumas páginas mais à frente, Tertuliano cruza-se com a professora de Literatura e voltam ao tema: “Falta-nos um bom dicionário de expressões coloquiais, dizia ela segurando-o pela manga do casaco, Mais ou menos todos os dicionários gerais as costumam recolher, lembrou ele” (HD 150). Ela entende que os dicionários não são exaustivos: “Sim, mas não de maneira sistemática e analítica nem com ambição de esgotar o tema” (HD 150). E dá o exemplo de *amarrar o burro*. Registrar a expressão e dizer o significado não basta: “seria preciso ir mais longe, identificar nos diversos componentes da expressão as analogias, diretas e indiretas, com o estado de espírito que se quis representar” (HD 150).

A última referência aos dicionários em *O Homem Duplicado* surge numa conversa ao telefone de Tertuliano com a mãe, em que se fala da relação do primeiro com a namorada. A mãe sugere-lhe que se case com Maria da Paz e, face às hesitações do filho devidas à experiência anterior que dera em divórcio, ela diz: “Ao fim poderia sair bem, não sabemos tudo do que nos espera para além de cada ação nossa” (HD 210). Tertuliano responde: “Assim é”. A mãe, insatisfeita com a resposta, pede-lhe que esclareça o que pretende dizer com aquilo. A discussão acaba por entrar num labirinto semântico que leva Tertuliano, já impaciente, a dizer: “Ora, minha mãe, deixe-se de fantasias, por favor, fantasiar em demasia não é o melhor caminho para a paz do espírito, as palavras que eu disse não significam mais que assentimento, concordância” (HD 211). A mãe encerra o tema, insinuando ao filho que não é tão ignorante como

ele pensa: “Até aí alcançam as minhas luzes, no tempo em que era nova também consultei dicionários” (HD 211).

No *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), identificámos duas referências. Na primeira, é feito um comentário acerca do valor semântico de *testada*. Tendo relatado que na cidade revoltosa as mulheres “começaram a varrer as testadas dos prédios em que viviam” (EL 106), Saramago sente necessidade de explicar do que se trata: “Afirmam os dicionários que a testada é a parte de uma rua ou estrada que fica à frente de um prédio, e nada há de mais certo” (EL 106). Para a expressão *varrer a testada*, os dicionários apresentam um sentido figurado: “mas também dizem, dizem-no pelo menos alguns, que varrer a sua testada significa afastar de si alguma responsabilidade ou culpa” (EL 106). No entanto, sendo que a atitude das mulheres é um ato de protesto e não propriamente um empenho na limpeza dos prédios onde vivem ou uma qualquer tentativa de afastarem de si a responsabilidade sobre o que quer que seja, acrescenta: “Grande engano o vosso, senhores filólogos e lexicólogos distraídos, varrer a sua testada começou por ser precisamente o que estão a fazer agora estas mulheres da capital, como no passado também o haviam feito, nas aldeias, as suas mães e avós” (EL 106).

A segunda referência encontra-se no esclarecimento acerca da palavra *brancoso*, que designa aquele que nas eleições votou em branco, fazendo o autor questão de sublinhar que não é um neologismo da lavra do narrador: “O termo existe, existe mesmo, pode ser encontrado em qualquer dicionário” (EL 119). Considera que “o problema, se problema é, reside no facto de as pessoas estarem convencidas de que conhecem o significado da palavra branco e dos seus derivados, e portanto não perdem tempo a ir certificar-se à fonte” (EL 119). Depois esclarece que se desconhecia quem tinha sido o “o curioso investigador ou casual achador” a empregar tal palavra para designar os eleitores que votaram em branco. O certo, explica, “é que a palavra se espalhou rapidamente e logo com o sentido pejorativo que a simples leitura já parece provocar” (EL 120).

Em *As Intermittências da Morte* (2005), identificámos também duas referências. Na primeira, encontramos o chefe do governo e o ministro do interior a tentarem chegar a acordo com a máfia para a resolução do problema dos vigilantes que informavam superiormente acerca das movimentações de famílias desesperadas que pretendiam levar ao país vizinho os seus entes queridos para lá morrerem. O acordo foi celebrado, “sem assinaturas, uma vez que se tratava de um acordo de cavalheiros, desses em que é suficiente o simples empenho da palavra, prescindindo, como nos explica o dicionário, de formalidades legais” (IM 59).

A segunda, diz respeito à discussão acerca do significado da expressão popular *a encanar a perna à rã*, que surgiu num artigo de jornal acerca da morte e que denunciava as posições ambíguas da Igreja. A expressão “causou perplexidade entre os jornalistas, que nunca tal tinham lido ou ouvido em toda a sua vida” (IM 83). Conta o narrador que, “perante o enigma, esprevidados por um saudável afã de competição profissional, deitaram das estantes abaixo os dicionários com que algumas vezes se ajudavam à hora de escrever os seus artigos e notícias e lançaram-se à descoberta do que estaria ali a fazer aquele batráquio” (IM 83). Apesar das buscas, “nada encontraram, ou melhor, sim, encontraram a rã, encontraram a perna, encontraram o verbo encanar, mas o que não conseguiram foi tocar o sentido profundo que as três palavras juntas por força haveriam de ter” (IM 83). Foi um velho porteiro que acabaria por esclarecer o significado de tal expressão: sendo inútil tentar pôr talas, ou canas, numa rã que partiu uma perna, quem o faz está a perder o seu tempo. O mesmo sucede “quando levamos demasiado tempo a terminar um trabalho e, se

o fazemos de propósito, então estamos a empatar, então estamos a encanar a rã” (IM 83). Saramago cometeu um erro ao dizer que os jornalistas não a encontraram nos dicionários, sem ele próprio, suspeitamos nós, ter ido averiguar. Como tivemos oportunidade de referir em estudo anterior (Machado 2023: 153), a expressão vem atestada, por exemplo, no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (2001) que, na entrada relativa a *rã*, diz: “encanar a perna à rã, *Fam.*, mandriar; empatar, arrastar uma tarefa ou a resolução de uma solução com práticas dilatórias”.

Terminaremos esta viagem pela ficção saramaguiana com uma referência aos dicionários em *Caim* (2009), o último romance de Saramago. O narrador, no episódio em que Abraão leva o filho ao monte para o sacrificar a Deus (Gn. 22), considera o patriarca, entre outras coisas, “um refinado mentiroso, pronto a enganar qualquer um com a sua língua bífida, que, neste caso, segundo o dicionário privado do narrador desta história, significa traiçoeira, pérfida, aleivosa, desleal e outras lindezas semelhantes” (C 67). Saramago fala do “dicionário privado do narrador”, que poderá ser um dos que nomeara na *História do Cerco de Lisboa*: “Morais e Aurélios, os Morenos e Torrinhos” (HCL 26), ou até o já referido *Dicionário* da Academia, citado em *O Caderno* (OC: 217).

Nos diversos volumes diarísticos, Saramago dá-nos mais algumas informações acerca dos dicionários que costumava consultar.

No volume I dos *Cadernos de Lanzarote* (1994), são feitas duas referências ao dicionário de José Pedro Machado. Na entrada de 5 de maio, escreve o autor: “Andava eu buscando no dicionário de José Pedro Machado informação sobre uma certa palavra, quando, do fundo da memória, aparentemente sem motivo, me surgiu uma outra” (CDL1 29). A palavra era *alanzoar* e a frase, que ouvira à mãe, era “que estás tu aí a alanzoar?”. Confessa que à época, presume-se que na infância ou adolescência, não foi “procurar no dicionário o significado do termo” (CDL1 29). Põe-se a conjecturar que *alanzoar* talvez fosse uma corruptela de *alardear*. Para acabar com as dúvidas, decide ir em busca da palavra no dicionário e verifica que *alardear* vem de *alarde* e este “(tudo isto são sabedorias de José Pedro Machado, não minhas) vem do árabe “al+ardh”” (CDL1 30). Ficamos a saber em seguida qual o dicionário de José Pedro Machado que consultou: é o *Dicionário Etimológico*, donde transcreve a seguinte definição: “Alanzoar, v. De *alão*, raça de cães.” E conclui: “Afim, seriam os meus protestos e resmungos, aos ouvidos de minha mãe, apenas como aquele monótono, contínuo e obsessivo ladrar que realmente nos daria vontade de dizer: “Que estás tu, cão, para aí a alanzoar?”” (CDL1 30).

Na entrada de 27 de junho do mesmo volume diarístico, cita de novo o dicionário de José Pedro Machado, presume-se que o *Etimológico*, a propósito do que o padre Vítor Melícias afirmou numa entrevista ao *DN* acerca do *Evangelho*. Confessou o padre que só lera metade do livro e não teve paciência para ler o resto, o que levou Saramago a comentar: “A um padre o *Evangelho* pode indignar, enfurecer, pode mesmo, no melhor dos casos, levá-lo a rezar pelo autor. Enfastiá-lo, nunca. Mas está escrito que o padre Melícias perdeu a paciência” (CDL1 68). Isto significa, conforme o diz o “dicionário de José Pedro Machado, que ao digno sacerdote, ao chegar à página 222, lhe faltou subitamente a “virtude que faz suportar os males, as contrariedades, os infortúnios, etc., com moderação, com resignação e sem murmúrios ou queixas”” (CDL1 68).

No volume II dos *Cadernos de Lanzarote* (1995), encontramos três referências aos dicionários. A primeira é na entrada de 8 de janeiro, acerca da participação de Zita Seabra num

programa de televisão. Zita Seabra, ex-militante do PCP, fora expulsa do partido em 1988, por defender opiniões contrárias às da direção do partido, tornando-se uma pária para os comunistas portugueses. Saramago não poupa nas palavras e na antipatia que nutre pela ex-camarada: “Zita Seabra é hoje o exemplo perfeito e acabado do videirinho, palavra suja que significa, segundo os dicionários e a opinião da gente honrada, “aquele que para chegar aos fins não olha aos meios nem hesita em humilhar-se e cometer baixezas”” (CDL2 14-15).

A segunda referência surge na entrada de 21 de fevereiro, a propósito do significado dos termos *sístole* e *diástole* aplicados à arquitetura. Refere o autor: “Lembrei-me então de uma venerável relíquia que aí tenho, o *Dictionnaire Général des Lettres, des Beaux-Arts et des Sciences Morales et Politiques*, em dois volumes, editado em 1862 em Paris” (CDL2 54). Acrescenta num à parte, em tom de gracejo: “(pertenceu à biblioteca de Raimundo Silva, como é fácil comprovar na página 27 da *História do Cerco de Lisboa*...) e fui arrancá-lo ao sono profundo em que dormia” (CDL2 54). Na *História do Cerco de Lisboa*, o título vem citado em português, como referimos na introdução. Este é um dicionário temático, a que Saramago recorre, uma vez que os lexicográficos não lhe deram a informação que procurava.

A última referência no volume II *Cadernos de Lanzarote* aparece na entrada de 13 de abril, a propósito do narcisismo de que Saramago foi acusado quando publicou o primeiro volume dos *Cadernos de Lanzarote* (1994): “Da Antena 2 de Lisboa perguntam-me que comentário me merece o facto de os *Cadernos* estarem a ser objeto de uma “crítica negativa”, exemplificada essa negatividade com a acusação de “narcisismo” que tem vindo a ser-me feita” (CDL2 89-90). Depois da entrevista, o escritor decide “ir ao dicionário saber o que teria ele para dizer-me sobre “narcisismo”” (CDL2 89-90). E transcreve o que encontra: “Amor excessivo e mórbido à própria pessoa, e particularmente ao próprio físico. Em psicanálise, estado psicológico em que a libido é dirigida ao próprio ego” (CDL2 90). Saramago confessa que respirou aliviado e admite: “é verdade que tenho uma certa estima pela pessoa que sou, não o nego, mas trata-se de uma estima sã, normal e respeitosa, sem demasiadas confianças” (CDL2 90).

No volume III dos *Cadernos de Lanzarote* (1996), identificámos uma referência apenas. Surge na entrada de 4 de fevereiro e é um claro reconhecimento da importância dos dicionários no trabalho de escrita do autor: “Não me lembro, desde que ando neste ofício, de ter dado tanto uso aos dicionários. E não é porque as dúvidas, agora, sejam mais frequentes ou mais incómodas que antes” (CDL3 35). “O que sucede”, confessa, “é que se me vem tornando exigentíssima a necessidade de estar perto das minhas palavras. Neste ir ao dicionário “com mão diurna e noturna”, como recomendava o Camilo, o mau é quando fico a saber coisas que teria preferido ignorar” (CDL3 35). E dá um exemplo a propósito dos termos *lusófono*, *lusofonia* e *portugalização* que foi pesquisar ao dicionário de José Pedro Machado. Mas queixa-se que foi lá e veio tosquiado: “É que a palavra “portugalização”, além de ser, como deve, limpa e honestamente, “o ato ou o efeito de tornar português”, também significa, ou significou, “em certa imprensa belga, inteira subordinação de uma nação a outra”” (CDL3 35). E sugere que se censure “o José Pedro Machado pela falta de patriotismo que demonstrou ao recolher, entre tanta palavra útil, esta mancha que enodoa a pura face da Pátria” (CDL3 35).

No volume IV dos *Cadernos de Lanzarote* (1997), encontrámos duas referências. A primeira, na entrada de 8 de janeiro, o autor conta que no Natal lhe prometeram uma antena parabólica para ter notícias de Portugal. “A antena”, refere, “só hoje foi instalada porque em

Lanzarote a palavra *já* ainda não saiu do sono do dicionário para entrar na vida prática” (CDL4 19).

A segunda referência do mesmo diário surge na entrada do dia 11 de setembro, a propósito do escritor Pepetela, que, convidado para o V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, na Universidade de Oxford, acabou por desistir face às “exigências humilhantes” que os ingleses lhe impuseram. Tal situação levou Saramago a comentar com sarcasmo: “Ao contrário do que consta do dicionário de Inglês da embaixada britânica em Lisboa, angolano não significa apenas natural de Angola” (CDL4 218). Significa, além disso, “alguém que, para poder viajar a Oxford, terá de apresentar, além do convite para o congresso que o espera, um extracto da conta bancária dos últimos seis meses, uma cópia do contrato de arrendamento da casa em que mora (se vive em Lisboa), e um recibo da respectiva renda” (CDL4 218). Esta referência a um dicionário de Inglês (que não é identificado) é a única que ocorre em toda a obra ficcional do autor.

No volume V dos *Cadernos de Lanzarote* (1998), encontramos seis referências aos dicionários, todas na entrada de 7 de fevereiro. Nesta entrada, Saramago inclui cópia de um texto seu publicado em dois jornais, um de Portugal e outro de Espanha intitulado “Contra a tolerância”. Começa o autor por dizer que “é justa a alegria dos lexicólogos e dos editores quando, ao som dos tambores e trombetas da publicidade, aparecem a anunciar-nos a entrada de uns quantos milhares de palavras novas nos seus dicionários” (CDL5 35). E explica a dinâmica da língua a nível lexical: “Com o andar do tempo, a língua foi perdendo e ganhando, tornou-se, em cada dia que passou, simultaneamente mais rica e mais pobre: as palavras velhas, cansadas, fora de uso, resistiram mal à agitação frenética das palavras recém-chegadas” (CDL5 35). E procura dilucidar aquilo que para si é um dicionário: “O dicionário, imagem ordenada do mundo, constrói-se e desenvolve-se sobre palavras que viveram uma vida plena, que depois envelheceram e definharam, primeiro geradas, depois geradoras” (CDL5 35-36). Os dicionários crescem, “expandem-se como universos alfabéticos, com as suas entrelaçadas constelações de verbos e pronomes, de conjunções e preposições, de substantivos e adjetivos, de advérbios e *tutti quanti*” (CDL5 36). Reconhe que os dicionários “seriam incrivelmente maiores se decidíssemos admitir neles as múltiplas e multimodas formas verbais, seriam um pouco mais breves se deles eliminássemos os antónimos, palavras em verdade desnecessárias” (CDL5 36). E sugere um exemplo: as palavras *feliz* e *felicidade* bastariam „para que, por algo como uma operação mecânica comutativa, logo se nos apresentasse ao espírito, porventura ajudados pela experiência pessoal, os estados e sentimentos alternativos, a lágrima no lugar do sorriso, a tristeza no lugar da alegria.

E acrescenta um outro exemplo, a “detestada palavra que se escreve com as letras de “intolerância”, sombra dos nossos dias, pesadelo das nossas noites, assombração regressada ao mundo quando, ingênuos ou estúpidos, a julgávamos banida dele para sempre” (CDL5 36). Expulsa esta “por uma vez dos dicionários, ficaríamos a viver na boa paz da sua contrária, a humanitária e doce “tolerância”, tantas vezes cantada e louvada” (CDL5 36). Mais uma vez, recorre ao dicionário:

Com o seu inapelável magistério, o dicionário afirma que “tolerância” e “intolerância” são conceitos e práticas extremos, incompatíveis entre si, e, deste modo os definindo, implicitamente nos concita, com exclusão de possíveis alternativas, a situar-nos em um ou em outro dos dois polos, como se entre eles ou para além deles não existisse ou não pudesse vir a existir outro lugar,

o lugar da reunião e, perdoe-se a retórica, da fraternidade. Para esse lugar, porém, não dispomos do conceito identificador, da bússola, da pedra-de-toque. Mas se tal palavra não se encontra no dicionário é porque não levamos no entendimento a consciência nem no coração o sentimento que lhe conferiria uma profunda e quem sabe se definitiva humanidade: afinal, os seres humanos não podem, antes do tempo certo, criar os conceitos de que, sem o saberem ou não querendo sabê-lo, vitalmente já necessitavam... (CDL5 37).

Presume-se que para esta longa reflexão se tenha servido do dicionário Moraes, pois cita-o no parágrafo seguinte: “Tolerar (ensina o infalível Moraes) é “suportar com indulgência; suportar. Permitir tacitamente (o que é censurável, perigoso, merecedor de castigo, etc.). Permitir por lei (cultos diferentes dos da religião considerada como do Estado). Admitir, permitir. Suportar, assimilar, digerir”” (CDL5 38). No entanto, a Saramago não lhe agrada a palavra *tolerância*, por fazer parte da mesma escada semântica onde se encontra a *intolerância*. Em vez de *tolerância*, acaba por propor o neologismo *igualância*, se é, remata, que “uma palavra nova faz falta, ainda que tenha tão bárbaro som” (CDL5 39).

A última obra em que encontramos referências aos dicionários é *O Caderno* (2018), que reúne os textos que Saramago publicou no seu blogue entre 2008 e 2009. Nesta coletânea, encontramos duas referências. A primeira é acerca do que Sarkozy, o presidente da república francês (2007-2012), disse sobre mais um ataque do Hamas a Israel. “Sarkozy”, refere Saramago, “acusa o Hamas de haver cometido ações irresponsáveis e imperdoáveis lançando foguetes sobre o território de Israel” (OC 140). Sendo simpatizante da causa palestina, Saramago considera que as palavras de Sarkozy também deveriam ser aplicadas “aos horrendos crimes de guerra que vêm sido *[sic]* cometidos pelo exército e pela aviação israelita, em proporções inimagináveis, contra a população civil da Faixa de Gaza” (OC 140). E passa um atestado de ignorância ao presidente francês: “Sobre esta vergonha o Sr. Sarkozy parece não ter encontrado no seu *Larousse* as expressões adequadas” (OC 140).

A segunda referência aparece no texto intitulado “Exibicionismos”. O autor começa por dizer que “palavras como discrição, reserva, recato, pudor ou modéstia ainda se encontram em qualquer dicionário” (OC 217). Teme, porém, que algumas acabem por ter, “mais cedo ou mais tarde, o triste destino da palavra *esgártulo*, por exemplo, varrida, como outras, do dicionário da Academia por uma pertinaz falta de uso que havia feito dela um peso morto nas eruditas colunas” (OC 217). A palavra não existe realmente nos dicionários que consultámos. No entanto, desconfiamos se, em vez de *esgártulo*, Saramago não queria dizer *ergástulo*, esta sim, ausente no *Dicionário* da Academia. Ele próprio confessa que não se lembra “de a ter dito alguma vez e muito menos tê-la escrito” (OC 217). A forma *esgártulo* seria fruto de uma metátese do *r* e do *s* por influência da oralidade, ou apenas confusão de Saramago? Quanto à palavra *reserva*, diz: “embora vá a caminho de perder-se a aceção que me levou a incluí-la na lista acima, tem garantida uma vida longa por aquilo da reserva de bilhete” (OC 217). E, acrescenta com ironia, “sem esquecer outra reserva, a mental, inventada pelos jesuítas como explicação última de terem dito primeiro uma coisa e feito depois a contrária” (OC 217).

3. Conclusão

José Saramago, quer nas suas obras de ficção, quer nos seus textos diarísticos, jornalísticos e paraliterários como *O Caderno*, demonstra um interesse particular pelos dicionários. A recolha das referências que apresentámos dão disso prova, podendo nós considerá-lo caso único na literatura portuguesa. Só para referir alguns nomes, não encontramos semelhante fenómeno em Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, este tão obcecado com o léxico, Aquilino Ribeiro, conhecido pelo seu gosto pelo léxico de pendor regionalista, Ferreira de Castro, Fernando Namora, Vergílio Ferreira, Agustina Bessa-Luís, Lídia Jorge ou António Lobo Antunes. Saramago é um apaixonado pelas palavras, como certamente todos os outros escritores, mas esta sua paixão é expressa no texto através de comentários de cariz semântico que remetem diretamente para os dicionários que ele faz questão de citar.

A preocupação de Saramago em apresentar significados de palavras ou expressões no texto, recorrendo aos dicionários, põe o leitor a intervir na interpretação dos sentidos que estão para além dos dicionários, mas que o povo simples dominava. É por isso que ele se valeu, para esclarecer a expressão *encanar a perna à rã* em *As Intermitências da Morte*, do “velho porteiro”. Saramago recorre muitas vezes nas suas obras ao „povo simples“. Em *A Viagem do Elefante* vemo-lo a reconhecer: “não há dúvida de que as melhores lições nos vêm sempre da gente simples” (VE 121). Como os dicionários não dizem tudo, ou apenas dizem o que foi institucionalmente aceite pelos lexicógrafos, Saramago surge em defesa da sabedoria popular: “a boa coisa que a ignorância tem é de defender-nos dos falsos saberes” (VE 100). Para Saramago, é importante admitir que há sempre muito a aprender, como escreve na *História do Cerco de Lisboa*: “a consciência de saber mais conduz à consciência de saber pouco” (HCL 76). Um dos seus objetivos é insistir na necessidade de alterar ou corrigir o que nem sempre está correto: “O trabalho de emendar é o único que nunca se acabará no mundo” (HCL 12).

Face às diversas afirmações de Saramago que demonstram certo descontentamento perante as muitas limitações dos dicionários que vai consultando, suspeitamos que o seu desejo, se tempo tivesse e o trabalho literário o não assoberbasse, seria o de construir ele próprio um dicionário. De certa forma, ele o fez, através da sua obra, deixando espalhados, como um bom semeador, reflexões semânticas aqui e ali acerca das palavras e expressões de que se foi servindo.

Embora tenhamos procurado ser exaustivos, é provável que nos tenha falhado uma ou outra referência direta aos dicionários nas obras do autor. Neste estudo, não incluímos as referências indiretas, já tratadas noutros estudos, como as definições de tipo lexicográfico, as reflexões acerca do significado de certas palavras e expressões e a escolha do léxico a utilizar na escrita.

Referências bibliográficas

- Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1987.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Verbo, 2001.
- Eco, U. (2017). *O Signo*. Trad. M. F. Marinho. Lisboa: Editorial Presença.
- Fidalgo, A.; & Gradim, A. (2005). *Manual de Semiótica*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Hartmann, R. R.; & James, G. (2002). *Dictionary of Lexicography*. London / New York: Routledge.
- Machado, J. B. (2023). Reflexões acerca do significado nas obras de ficção de José Saramago. In: *Confluente*, 15, 1, 139–159.
- Morris, C. (2002). *Fundamentos da Teoria dos Signos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Tradução de António Fidalgo.
- Moreno, A.; Cardoso, J.; & Machado, J. P. (1946). *Grande Vocabulário Ortográfico Luso-Brasileiro*. Lisboa: Inquérito.
- AJP = Saramago, J. (1988). *A Jangada de Pedra*. 4.^a edição. Lisboa: Editorial Caminho.
- AMR = ————. (1988). *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Lisboa: Editorial Caminho.
- HCL = ————. (1989). *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- EJC = ————. (1992). *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MC = ————. (1992). *Memorial do Convento*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CDL1 = ————. (1994). *Cadernos de Lanzarote. Diário – I*. Lisboa: Editorial Caminho.
- LC = ————. (1994). *Levantado do Chão*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CDL2 = ————. (1995). *Cadernos de Lanzarote. Diário – II*. Lisboa: Editorial Caminho.
- EC = ————. (1995). *Ensaio sobre a Cegueira*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CDL3 = ————. (1996). *Cadernos de Lanzarote. Diário – III*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CDL4 = ————. (1997). *Cadernos de Lanzarote. Diário – IV*. Lisboa: Editorial Caminho.
- TN = ————. (1997). *Todos os Nomes*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CDL5 = ————. (1998). *Cadernos de Lanzarote. Diário – V*. Lisboa: Editorial Caminho.
- AC = ————. (2000). *A Caverna*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MFM = ————. (2001). *A Maior Flor do Mundo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- HD = ————. (2002). *O Homem Duplicado*. Lisboa: Editorial Caminho.
- EL = ————. (2004). *Ensaio sobre a Lucidez*. Lisboa: Editorial Caminho.
- IM = ————. (2005). *As Intermittências da Morte*. Lisboa: Editorial Caminho.
- VE = ————. (2008). *A Viagem do Elefante*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MPC = ————. (2014). *Manual de Pintura e Caligrafia*. Porto: Porto Editora.
- OA = ————. (2014). *Os Apontamentos*. [1.^a ed. *As Opiniões que o DL Teve*, 1974; 1.^a ed. *Os Apontamentos*, 1976] Porto: Porto Editora.
- OQ = ————. (2015). *Objeto Quase*. Porto: Porto Editora.
- OC = ————. (2018). *O Caderno*. Porto: Porto Editora.
- C = ————. (2020). *Caim*. Porto: Porto Editora.
- DMO = ————. (2021). *Deste Mundo e do Outro*. Porto: Porto Editora.
- BV = ————. (2022). *A Bagagem do Viajante*. Porto: Porto Editora.



This work can be used in accordance with the Creative Commons BY-SA 4.0 International license terms and conditions (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>). This does not apply to works or elements (such as images or photographs) that are used in the work under a contractual license or exception or limitation to relevant rights.